



**Raymond Aron: A Paz e a Guerra no Século XXI**

*Nuno Severiano Teixeira, João Marques de Almeida e Carlos Gaspar*  
(coordenação científica)

Lisboa: Edições Cosmos - Instituto da Defesa Nacional, 2007, 216 pp.  
ISBN: 978-972-762-293-1

### **Aronianos precisam-se**

O Instituto da Defesa Nacional e o Instituto Português de Relações Internacionais lançam, em breve, o livro *Raymond Aron - A Paz e a Guerra no Século XXI*. Este trabalho - que junta os contributos de intelectuais de vários sectores, que se reuniram no IDN, numa conferência internacional com o objectivo de “recuperar” Aron - é da maior importância no panorama nacional e internacional. Porquê? Porque são precisos mais “aronianos” no debate político. Essa é a principal conclusão que podemos tirar dos diversos ensaios deste livro, que revisita, analisa e adapta aos desafios do século XXI as mais diferentes e complementares facetas de Aron: a de teórico, a de filósofo político, a de estratega, a de analista incisivo, a de pensador solitário. Aron é, no retrato traçado pela maioria dos intervenientes, um dos mais completos e profícuos pensadores do século XX, não só pela extensão da obra que nos deixou, como pela qualidade e diversidade de temáticas que abordou.

No entanto, como afirma Bryan-Paul Frost, Aron é “mais citado do que lido” (p.101). Não existe, propriamente, uma escola aroniana, ou um pensamento herdado de Raymond Aron, pela seguinte razão (recorrendo, novamente, a Frost): o filósofo francês rejeitou a criação de um sistema normativo de regras; recusou-se a elaborar uma lista de pressupostos comportamentais dos Estados. Por outras palavras, como analista político - mas também como filósofo - sabia que não existem receitas únicas para a complexidade

dos problemas. Mas a melhor solução possível, o caminho menos mau (não existe perfeição nas decisões políticas), encontrava-se no equilíbrio da análise do sistema, menos mutável, e da entidade, o Estado, que encerra em si uma diversidade de elementos que não podiam ser ignorados.

É certo que Aron se guiou por critérios teóricos de análise aos quais se manteve fiel ao longo de décadas de produção: era classificado (correctamente) como realista clássico. Considerava o sistema anárquico, acreditava que os Estados vivem em constante procura de poder para manterem ou reverem a sua situação de preponderância nesse mesmo sistema. Também é certo que explorou exaustivamente a codificação teórica dos fenómenos – sendo ainda um dos teóricos que melhor define o conceito de terrorismo (p.119 e ss.). Contudo, Aron também debateu exaustivamente os limites da teoria. Concluiu que era necessário acrescentar ao estudo do sistema a análise do sujeito do sistema: cada Estado tem um regime distinto, uma determinada moral, um conjunto de motivações próprias, e estes factores são também determinantes na definição de interesse nacional.

Para apoiar a decisão política – este foi *sempre* o objectivo de Aron, que acreditava que a pior decisão é a ausência de decisão – é necessário compreender os actores (através da sociologia histórica) e não apenas observá-los pelo espartilho das normas teóricas imutáveis. No sistema é necessário colocar adequadamente as unidades. Só assim o quadro estará completo. Neste campo, Aron foi pioneiro. Mas, mais importante, esta perspectiva é a que melhor se adequa ao nosso tempo. Hoje, o pensamento ocidental é desafiado por novas formas de fazer política externa vindas das potências emergentes do Índico e do Pacífico.

Aron compreendeu a importância da diversidade através da relação que estabeleceu com a sua contemporaneidade. Coabitou com o conturbado clima internacional da II Guerra Mundial e da Guerra Fria, (ver Christian Malis, *Raymond Aron e a Crise Transatlântica, 1945-1966* e Carlos Gaspar, *Raymond Aron e as Origens da Guerra Fria*) e com o agitado contexto político da França dos filósofos do Maio de 68 (ver Aurelian Craiutu, *A Resposta de Raymond Aron à Metafísica Irresponsável*), de onde retirou duas lições incontornáveis. Primeiro, é necessário criar uma distância analítica tentado compreender antes de julgar – mesmo sendo um adepto convicto do regime democrático, Aron era um analista cuidadoso do totalitarismo em geral e do regime soviético em particular – partindo do princípio que nenhum dos lados do conflito tem a totalidade da razão. Segundo, com os seus contemporâneos franceses, que procuravam a resposta absoluta, o mundo ideal, aprendeu que não existe uma medida política justa, a não

ser a do bom-senso. Aron não era um ideólogo; era um investigador de ideologias. Era um analista parcial que tentava sempre pesar o outro lado da moeda. Era um moderado no melhor sentido da palavra: ajuizava – era sempre preciso formular um juízo, caso contrário o desempenho do seu papel ficaria sempre incompleto – mas tendo em conta o pluralismo das propostas, a identidade (histórica, sociológica) dos intervenientes, a complexidade das circunstâncias, o que lhe valeu, muitas vezes, o isolamento, num mundo fracturado ideologicamente. As fracturas ideológicas de hoje são diferentes das da Guerra Fria, mas continuam a pautar o debate político. Aron evitava-as, acreditando na necessidade de um juízo lúcido.

Aron construiu todo o seu edifício teórico-filosófico nesta perspectiva. Foi também este molde que aplicou à análise concreta dos acontecimentos. Por outras palavras, o filósofo não ensinou as respostas, mas a forma de chegar à mais apurada resposta possível. Não herdamos de Aron uma grelha de normas, herdamos sim, o exemplo de como se deve fazer e analisar política internacional. Aprendemos a complexidade do juízo político: “Aron era muito atento à natureza específica da política e assim compreendeu o que de tão peculiar (e difícil) havia no juízo político. Na opinião de Aron, não há receita para o bom juízo político. (...) Na política é extremamente importante ter a capacidade de perceber e compreender a inovação na história. As circunstâncias excepcionais têm importância e as acções do homem têm muitas consequências intencionais” (Aurelien Craiutu, pp.17/18).

De Aron, através destes analistas das suas obras, herdamos, no fundo, um conjunto de conselhos. Neste livro, com os seus mais diversos contributos sobre Raymond Aron teórico (Jean-Pierre Derriennic, Bryan-Paul Frost; Miguel Morgado), estratega (Abel Cabral Couto) observador (Christian Malis, Carlos Gaspar) e, sobretudo pensador (Aurelian Craiutu, Pierre Hassner), encontramos ensinamentos de um dos mais influentes pensadores do século XX, que tem profunda ressonância nos dilemas do século XXI. Continuamos, pois, a precisar de aronianos.

Diana Soller